IHU On-Line

Ano 2 - Nº 33 – 2 de setembro de 2002

INVENTAR UM NOVO MUNDO

Por uma política de civilização

Traduzimos e reproduzimos, na íntegra, a entrevista de Ignacy Sachs, concedida ao jornal *Libération,* 26-8-02. Ignacy Sachs é um pioneiro do eco-desenvolvimento, rebatizado de 'desenvolvimento durável'. Ele é conselheiro especial de Maurice Strong, secretário geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento que ocorreu em Estocolmo em 1972 e do Encontro de Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro, em 1992. Dentre os livros publicados, citamos, **L'ecodeveloppement**, Paris: Syros e **Pour une économie politique du developpement**, Paris: Flammarion. I. Sachs atualmente é pesquisador da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS-Paris). Os subtítulos e grifados são nossos. Agradecemos aos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT -, com sede em Curitiba, a tradução desta entrevista. Os subtítulos são nossos.

Um balanço dos últimos 30 anos

Libération - Dez anos mais tarde, que balanço o senhor faz do Encontro do Rio?

Ignacy Sachs - Vamos começar fazendo um balanço dos trinta anos passados desde o Encontro de Estocolmo, ocorrido em 1972. Naquela época, *havia duas posições totalmente antagônicas:* aqueles que achavam necessário parar o crescimento sob pena de morrermos pelo excesso de poluição e aqueles que consideravam que as questões do meio ambiente eram uma mera invenção dos países ricos para frear o crescimento dos países pobres. Estocolmo traçou uma via intermediária. Na seqüência, a maioria dos países criou Ministérios do Meio Ambiente e uma série de novas leis. Se os vinte anos que se passaram entre Estocolmo e Rio, foram relativamente ricos em progressos, o mesmo não se pode dizer da década

que se seguiu ao encontro do Rio de Janeiro. Alguns avanços foram realizados, notadamente pelas convenções assinadas sobre a biodiversidade, a desertificação ou ainda sobre o clima. Mas, globalmente, estes progressos ficaram muito aquém das esperanças suscitadas pelo Encontro do Rio.

Libération - A que se deve esta falta de resultados concretos?

Ignacy Sachs - Ao fato de que a Agenda 21 ficou órfã do ponto de vista institucional. É certo que os países criaram comissões de desenvolvimento durável, mas eles nunca assumiram o papel que realmente deveriam. O desenvolvimento durável deve ser transversal, perpassando o conjunto das atividades do governo e da sociedade. Quando é confiado a um sub-secretário de um Ministério do Meio ambiente, o desenvolvimento durável passa a ser a quinta roda da carroça.

Libération - Por que os governos estão menos entusiasmados agora do que estavam na época do Encontro do Rio?

Ignacy Sachs - Eles sabem que não conseguiram 'entoar' os compromissos assumidos há dez anos atrás. Além disso, os governos sabem que não conseguirão este tipo de desenvolvimento, se não afinarem os violinos de todos os ministérios. Imediatamente eles despejam as responsabilidades sobre os poderes locais, como se o desenvolvimento durável estivesse preso às questões locais.

É necessário um novo paradigma

Libération - Quais são os setores prioritários do desenvolvimento durável?

Ignacy Sachs - Não se faz um pouco de desenvolvimento durável aqui, um pouco lá... É evidente que se podem encontrar milhares de exemplos concretos que dão resultado. Mas a soma de pequenas soluções não é o ponto central do debate. Trata-se de pensar a estratégia global de uma outra maneira, muito diferente das práticas atuais, setorializadas, anárquicas e egoístas, comandadas pelo mercado.

Libération - É um modelo contrário às práticas dominantes...

Ignacy Sachs - A principal questão do desenvolvimento durável é justamente inventar um novo paradigma. A solidariedade com a atual geração tem objetivos sociais e éticos. A solidariedade com as próximas gerações coloca problemas de meio ambiente. Enfim, o terceiro movimento repousa sobre a viabilidade econômica das estratégias propostas. É uma outra maneira de pensar o desenvolvimento. A dimensão ambiental vai nos forçar a modificar radicalmente as escalas de tempo e espaço com as quais devemos trabalhar, pensando simultaneamente num prazo muito curto e muito longo, pensando em termos de impactos locais, nacionais e globais, com prolongamentos até a biosfera...

Modificar radicalmente os padrões de consumo e produção

Libération - Agir no local, pensando no global, é um slogan muito na moda...

Ignacy Sachs - Muito freqüentemente as empresas fazem um '*desenvolvimento durável com*'. Existe espaço para que façam algumas coisas, mas elas só farão com seriedade quanto uma outra política fiscal exigir. Assim, é evidente que uma taxa mais pesada sobre as emissões de carbono terão mais efeitos que algumas exortações verbais. Se fosse instaurado este tipo de taxas, compensadas com a diminuição do peso das

taxas sobre o trabalho, por exemplo, as empresas fariam uma reorientação para soluções mais intensivas sobre o trabalho e mais econômicas em energia. O que falta é vontade política.

Libération - Quer dizer o quê?
Ignacy Sachs - Nós esquecemos que o mercado é uma instituição entre outras, como o estado ou a sociedade civil organizada, e não é a única. Por outro lado, a política superestima as capacidades da técnica em resolver os problemas ambientais e sociais. Na realidade, para fazer um desenvolvimento durável, devemos colocar em questão nossas estruturas de consumo e de produção. E voltar a dar importância ao pleno emprego.

Libération - Deve-se repensar as relações Norte-Sul?
Ignacy Sachs - Logicamente que sim. O desenvolvimento durável em escala planetária só será possível, se o Norte modificar radicalmente seu modo de consumo e produção e se o Sul abandonar suas ilusões de reproduzir um dia os modelos de consumo e produção do Norte. Se o Sul continuar a imitar o Norte, ele vai continuar fabricando uma sociedade de *apartheid*. E para que o Sul aceite mudar de direção, o Norte deve mostrar que colocou a si mesmo em causa. Caso contrário, o Sul vai continuar dizendo: "Vocês querem nos impor um desenvolvimento de liquidação". Logo, deve haver uma estratégia ao norte e uma outra ao sul. E é preciso também uma terceira estratégia, que é a reforma do sistema econômico internacional e das instituições que o representam (ONU, OMC, FMI, Banco Mundial). O sistema internacional deve repousar sobre o tratamento desigual aos desiguais, ou seja, a regra do jogo deve ser favorável aos membros mais fracos. Nós não podemos nos contentar com declarações de intenções; os engajamentos devem ser precisos, quantificados, com datas fixas. Devemos pensar num pacto Norte-Sul para realizar as estratégias de transição em direção a um mundo durável e, apesar da unanimidade no Norte, é preciso um pacto Europa-Sul.

O Autolimite

Libération - Já existem avaliações financeiras?
Ignacy Sachs - A questão não é esta, pois os meios existem. Imagine que, de 1890 a 1990, a população mundial multiplicou por 4, a riqueza por 14 e a produção industrial por 40! O problema é a miopia do mundo rico. A ajuda pública ao desenvolvimento do Sul feita pelos países do Norte tem diminuído constantemente: nos anos 70, a ajuda representava 0,7% do PIB dos países ricos, durante o Encontro do Rio estávamos na metade disto e hoje chegamos a 0,24%. A isso se soma a questão do aceso aos mercados dos países ricos pelos produtos do Sul e também o custo baixíssimo das matérias primas...
Libération - Que esperança podemos ter em Johannesburgo?
Ignacy Sachs - Que os chefes de Estado tomem consciência que, após o 11 de setembro, no momento que somos ameaçados pelo aumento dos fundamentalismos de todo tipo, inclusive do mercado, é tempo de mudar de rumo. Esperamos que, em Johannesburgo, se concretize a criação de dispositivos internacionais, capazes de criar estratégias de transição para um desenvolvimento durável.
Libération - Isso implicaria um crescimento estacionário no Norte e forte no Sul?

Ignacy Sachs - Estacionário em relação consumo material no Norte, não ao aspecto imaterial. E logicamente forte no Sul.
Libération - Isso não seria um atentado à liberdade?
Ignacy Sachs - Como dizia Gandhi, nós devemos aprender a nos autolimitar e frear o consumismo. Até quando vamos permitir que uma minoria, em nome da liberdade, se aproprie de uma parcela importante do PIB, tanto no Norte como no Sul?
Libération - O senhor é partidário da planificação?
Ignacy Sachs - Sim. A planificação que você está pensando já morreu. O socialismo real morreu. Porém deduzir que devemos abandonar todo tipo de planificação, porque um determinado tipo funcionou mal, é completamente idiota. O liberalismo excessivo das duas últimas décadas também não manteve suas promessas. No futuro, haverá uma economia mista, na qual o Estado terá um papel fundamental na regulação dos mercados.

Análise
de conjuntura

O Fracasso Neoliberal

José Luís Fiori

José Luís Fiori é professor de Economia Política Internacional nas Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro. Autor de vários livros, entre os quais, *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. A reflexão que segue foi publicada no boletim eletrônico Carta Maior, 17-08-02

´A conseqüência mais preocupante é que, a partir de agora, os riscos serão ainda maiores para o Brasil e para o FMI, porque, quando vier, a quebra será muito maior"
Kenneth Maxwell, *Folha de S. Paulo*, 12 de agosto de 2002.
O insólito está se transformando num hábito matinal. Num dia, é Paul Krugman – um dos principais gurus da década de 90 – que afirma nos jornais que "dez anos atrás , Washington garantiu aos países latino-americanos que, se eles se abrissem para bens e capitais estrangeiros e privatizassem as estatais, viveriam um grande crescimento econômico que não aconteceu [...] e agora é hora de avaliar minhas crenças nos mercados". Noutra manhã, é Kenneth Maxwell – velho amigo da causa tucana – quem nos desperta com a informação de que "muitos dos problemas graves enfrentados pelo governo brasileiro são conseqüência do modelo de FHC, que já estavam errados há quatro anos atrás [...], e é por isso que ele sairá do governo em uma situação desastrosa, em meio a uma crise financeira de grandes dimensões".
Pouco a pouco, todos vão concluindo que o "modelo de crescimento neoliberal" provoca uma fragilidade externa e desajustes estruturais internos de tais proporções, que acabam eliminando o próprio crescimento. No início, os novos governos liberais supunham que as reformas institucionais, somadas à uma política

macroeconômica ortodoxa e à desregulação dos mercados produziria a convergência dos preços internacionais e uma situação de equilíbrio. Ambas seriam condições mais do que suficientes para o bom funcionamento do carro chefe do novo modelo de desenvolvimento, isto é, o fluxo constante e massivo de investimento direto estrangeiro.

Na segunda metade dos anos 1990, contudo, este *consenso* perdeu força, mesmo nos organismos multilaterais de Washington, na medida em que se sucediam as crises financeiras de 1994, no México, 1998, no Brasil, 2001, na Argentina e agora, em 2002, de novo no Brasil. Hoje, as projeções de crescimento para 2002 são negativas e a região já amarga uma queda de 30% no volume de entrada de investimento estrangeiro direto. A Argentina deve fechar 2002 com uma queda de 12% do PIB, liderando uma recessão e/ou desintegração econômica que atinge também o Uruguai, o Paraguai, o Equador, a Bolívia, o Peru e a Venezuela, enquanto a Colômbia enfrenta um processo de guerra e desintegração territorial.

Resumindo, uma certeza percorre a América Latina: a década liberal foi um retumbante fracasso e deixou o Continente sem rumo, como acabaram concluindo Krugman e Maxwell. Neste contexto, fica difícil de aceitar o apelo do presidente Fernando Henrique Cardoso, para que os candidatos presidenciais assumam, pura e simplesmente, um compromisso de lealdade com as mesmas políticas que foram as responsáveis pelo impasse em que o País está metido. Para não falar na dificuldade de o presidente compreender o que até Paul Krugman reconhece: que "a desigualdade se agravou muito, e a maioria das pessoas está em pior situação do que há 20 anos, e portanto não deve surpreender o fato de que a população não tolere mais chamados pela austeridade".

Depois de uma década de liberalismo econômico, estamos entrando numa crise internacional que relembra a situação vivida pelo sistema capitalista, na segunda metade do século XIX. Ali também os ingleses e demais países europeus tiveram que enfrentar e resolver o problema das falências e moratórias de suas periferias, que haviam se endividado, após uma rodada de políticas desregulacionistas muito parecidas com as da década de 1990. A grande diferença com o que está acontecendo agora na América Latina e no Brasil é que, em 1880, já havia consenso entre as grandes potências sobre o que fazer: elas já haviam deixado de lado o caminho do imperialismo do livre-comércio e decidido seguir o caminho da expansão territorial e do colonialismo.

Hoje, pelo contrário, os governos das Grandes Potências não querem mais se envolver com qualquer tipo de dominação colonial direta, que as comprometeria com problemas políticos e administrativos fora dos seus territórios. Mesmo assim, está sobre a mesa, dentro dos organismos multilaterais de Washington, uma proposta da economista Anne Krueger, diretora adjunta do FMI, propondo a criação de um Tribunal de Arbitragem, que viria ser a instância responsável pela reestruturação das dívidas dos países que estivessem em situação falimentar, proposta muito parecida com a dos Comitês de Administração das Dívidas, criados no século XIX.

Mas as resistências de Washington têm sido muito grandes, porque a posição dominante na Administração Bush ainda é a do Secretário do Tesouro, Paul O'Neil, partidário de que se deixem os mercados castigar os governos e os países que não obedeçam nem se comportam segundo as regras da " economia global". Até nova ordem, ainda são consideradas exceções estratégicas as ajudas concedidas ao Paquistão e à Turquia, e agora ao Uruguai e Brasil.

Fora do governo Bush, no meio acadêmico e nos organismos multilaterais, cresce a força e a importância dos que criticam o Consenso de Washington. Destaca-se,

neste debate, a figura de Joseph Stiglitz, ex-presidente da Assessoria Econômica de Bill Clinton e ex-economista-chefe do Banco Mundial. Em 1997, ele publicou um artigo que provocou enorme polêmica, com o nome de "Post-Washington Consensus", e mais recentemente, em 2002, o livro "Globalization and its Discontents".

Stiglitz, que também foi Prêmio Nobel de Economia em 2001, defende, nestes dois trabalhos, a tese de que o Consenso de Washington não ofereceu respostas adequadas à questão do desenvolvimento, porque se submeteu a uma obsessão antiinflacionária baseada em convicções não comprovadas sobre a própria natureza do processo inflacionário. Por fim, Stiglitz questiona a eficácia dos programas de privatização e defende o papel ativo do Estado na regulação da economia, na implementação de políticas industriais e de políticas de bem-estar social para a população. Mas esta segue sendo uma posição minoritária dentro da política econômica internacional dos Estados Unidos.

Da mesma forma, na periferia do sistema, e sobretudo no Brasil, ainda existem fortes núcleos de resistência e apoio às políticas liberais. Acreditam que as crises são passageiras e seriam o preço inevitável pago em nome de um futuro promissor, que não tardará em chegar, desde e quando os governos se mantenham fiéis e imóveis na defesa do rigor fiscal e monetário. Outros da mesma linha, talvez mais realistas, já não crêem neste sonho e acham que a crise cambial se prolongará. Por isso, já voltaram a trabalhar, dentro e fora do País, a favor da tese da dolarização da economia brasileira, o que poderia se transformar numa versão moderna do que se passou no século XIX, sobretudo no caso do Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Contra este pensamento, é cada vez maior o número dos que defendem uma revisão e mudança da política econômica e da estratégia do Brasil dentro da geopolítica do império americano. Sabem que a globalização financeira não alterou algumas condições e contradições básicas do capitalismo e que o desafio da pobreza e da exclusão econômica e social segue sendo um problema dos Estados nacionais, onde se geram e se acumulam os recursos capazes de alterar a distribuição desigual da riqueza e do poder entre os grupos sociais. Daí sua defesa de uma nova estratégia nacional, que não incorra nos erros do velho desenvolvimentismo e que se sustente nos princípios da igualdade e da soberania. Dois problemas, entretanto, se colocam no caminho desta mudança de rumo e devem ser objeto de uma urgente reflexão dos "mudancistas".

O primeiro e mais imediato tem a ver com o compromisso do país de honrar a promessa de um superávit fiscal de 3.75%, estabelecido no acordo com o FMI. Como manter este superávit e cumprir com a meta de crescimento e diminuição do desemprego? Dificilmente as exportações constituirão uma demanda suficiente para gerar uma taxa de crescimento (dada a relativa estagnação da economia mundial), capaz de reduzir a restrição externa de falta de divisas.

Mas, ao mesmo tempo, se o compromisso fiscal também impedir o gasto em reais, dificilmente o emprego subirá, mesmo se a taxa de juros cair, embora, neste caso, possa haver uma reativação de alguns setores, como a construção civil. Na maioria dos setores, entretanto, não há razão, para que os empresários retomem os investimentos, se a economia se mantiver deprimida.

É verdade que a substituição de importações, imposta pela necessidade de melhorar o desempenho das contas externas poderá dar algum ímpeto ao crescimento, mas será limitado seu impacto sobre o crescimento global e sobretudo sobre o nível de emprego. Neste sentido, o compromisso com o FMI acaba criando um círculo vicioso: se forem mantidas as metas do superávit fiscal, não dá para crescer e muito

menos para gerar emprego, e, portanto, tampouco será possível criar o próprio superávit que foi estabelecido pelo acordo.
O segundo problema é de mais longo prazo e tem a ver com os ensinamentos da história do sistema capitalista. Nenhum projeto de desenvolvimento nacional foi possível apenas com base na soma dos interesses imediatos de grupos e classes sociais. Na prática, estes projetos só se viabilizaram quando uma situação de desafio externo gerou uma vontade política e uma solidariedade capaz de sustentar uma orientação estratégica, que se manteve ativa por muito tempo a despeito dos seus custos imediatos. Neste caso, existe um problema análogo ao que foi proposto por George Lukács, da passagem da consciência de classe 'em si', para a consciência 'para si'. Um processo ainda muito mais complexo, no caso dos povos, territórios e nações".

ACONTECE

Seminário sobre IHU

No dia 23 de agosto, aconteceu, das 8h30min às 12h, no Auditório Central, o Seminário de Estudos sobre o Instituto Humanitas Unisinos com o objetivo de avaliar o ano de criação do Instituto e apontar novos caminhos. Além dos integrantes do IHU, o evento contou com a presença Pe. Guido A. J. Kuhn – superior provincial da Província Brasil Meridional e presidente da mantenedora da Universidade; o Pe. Aloysio Bohnen, reitor da Unisinos; o Pe. Marcelo Fernandes de Aquino, vice-reitor da Unisinos; o Pe. Pedro Gilberto Gomes, Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa; o Prof. José Moacir Gomes Pereira, chefe de gabinete da Reitoria; diversos diretores e vice-diretores dos centros e outras autoridades da Universidade. Abrindo o encontro, o Pe. Guido A. J. Kuhn – superior provincial da Província Brasil Meridional e presidente da mantenedora da Unisinos situou O Instituto Humanitas Unisinos no cenário da Companhia de Jesus no Brasil. Logo após, o Reitor da Universidade, Prof. Dr. Pe. Aloysio Bohnen, contextualizou o Instituto Humanitas Unisinos, a partir do Planejamento Estratégico da Universidade. Dando continuidade ao evento, o Prof. Dr. Pe. Inácio Neutzling, coordenador do IHU, apresentou o projeto do Instituto Humanitas Unisinos e a caminhada realizada desde a sua constituição, em setembro de 2001. Concluindo a manhã, cada setor ou área de concentração avaliou a caminhada realizada e planejou os passos a serem dados a curto e médio prazo. Para assessorar o Setor 1 Ética, Cultura e Cidadania foi convidado o Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes. A reunião do Setor 2, Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade foi assessorada pelo Prof. Dr. Pe. José Ivo Follmann e o Setor 3 Teologia Pública foi assessorado pelo Prof. Dr. Pe. Marcelo Fernandes de Aquino.
Transcrevemos as palavras de abertura do Seminário a cargo do Pe. Guido A. J. Kuhn, SJ, presidente da mantenedora da Unisinos, e posteriormente as impressões de alguns dos participantes do evento.

"É uma alegria para mim poder comparecer. Se tivesse outra agenda, deveria postergá-la, dada a importância do Instituto Humanitas da Unisinos em termos de missão da Companhia de Jesus, merecedor do carinho, da presença e do apoio. Cumprimento a Universidade por esta feliz iniciativa da criação do Instituto Humanitas Unisinos, há quase um ano. Seminários, ciclos de debates, a publicação do IHU On-Line, deram visibilidade ao Instituto Humanitas Unisinos, não só no centro de Ciências Humanas, mas em toda a Universidade e também na comunidade externa.

Há alguns anos, o Ministério de Educação lançava subsídios de reflexão e estudo sobre os temas transversais, complementares aos temas nucleares dos currículos das escolas. Teatro, música, oratória foram práticas que enriqueceram a educação dos colégios Jesuítas antes da expulsão por Pombal e prosseguiram depois, com certo destaque para a dimensão científica. Feiras de ciências, grêmios literários e outras formas, foram expedientes utilizados para complementar aprendizados, proporcionar visão de conjunto de um ensino departamentalizado, já que o ser humano é um todo como pessoa e cidadão.

"A originalidade da Companhia de Jesus, ao criar suas próprias universidades no século XVI – observa o Pe. Kolvenbach na fala aos reitores jesuítas em maio de 2001- foi a de propor um novo modelo de educação superior em resposta às necessidades da nova cultura e da nova sociedade que então se gestava. A universidade jesuítica surgiu como uma crítica em face de uma universidade fechada em si mesma, herdeira das " escolas catedrais" e incapaz de encontrar respostas para os novos tempos. Embora reticentes a princípio, os jesuítas fizeram uma clara opção pelo humanismo cristão e, por meio da educação, contribuíram para a configuração da nova sociedade." (Nº 28).

" Esse humanismo cristão inclui necessariamente o humanismo social", enfatiza o Pe. Kolvenbach por ocasião do lançamento da *Pedagogia Inaciana. Uma proposta prática*, em abril de 1993 (Nº 120). "Como tal, compartilha, em grande parte, os ideais de outras crenças de levar o amor de Deus a uma expressão eficaz, a construção no mundo de um Reino de Deus justo e pacífico. (...) O serviço da fé e a promoção da justiça (...) são o fundamento do humanismo cristão contemporâneo. Ele é o núcleo da tarefa educativa, católica e jesuítica de nossos dias. É o que as características da educação hoje chamam de "excelência humana". É o que pretendemos dizer – complementa o Pe. Kolvenbach na Pedagogia Inaciana- ao falar que o fim da educação dos jesuítas é a formação de homens e mulheres para os outros, pessoas competentes, conscientizadas e sensibilizadas para o compromisso" (Nº 120).

Ao abordar a questão universidade e globalização, o Pe. Kolvenbach pondera: "Inácio ficaria hoje fascinado ante o fenômeno da globalização, com todas as suas incríveis oportunidades e terríveis ameaças e não apartaria os desafios que ela contém. Às universidades compete um papel insubstituível na análise crítica da globalização, com suas conotações positivas e negativas, para orientar o pensamento e a ação da sociedade.

Logo à primeira vista descobrimos que não pode vir de Deus converter o mercado e o interesse econômico em motor único da sociedade. Os espantosos resultados da globalização econômica tal como está sendo implantada, à margem de toda ética, saltam à vista: desumanização, egoísmo, individualismo, fragmentação social, aumento da separação entre ricos e pobres, exclusão, falta de respeito aos direitos

humanos, neocolonialismo econômico, exploração, danificação do ambiente, violência, frustração. Para não falar da "conexão perversa" com a globalização do crime: tráfico de seres humanos, de armas, de drogas, exploração da mulher e do sexo, trabalho infantil, manipulação dos meios, máfias de todo o tipo, terrorismo, guerra, degradação do valor da vida. " (Nº 29 e 30)

Face à enormidade dos desafios colocados pela atual crise cultural exige-se muita determinação e audácia para não se deixar abater pelo pessimismo e buscar oferecer caminhos alternativos de solução. O documento "Gênese e missão" formula da seguinte forma a proposta de trabalho: "Arraigado na história viva da Unisinos, o Instituto Humanitas Unisinos busca fomentar, desenvolver e articular projetos que envolvam pesquisas, estudos, reflexões, análises e serviços, com ousadia e criatividade, em três grandes áreas de concentração, concebidas como amplas áreas de convergências temáticas. Estas áreas de concentração são espaços facilitadores da elaboração de atividades transdisciplinares. Os três setores são:

1. Ética, Cultura e Cidadania
2. Trabalho, Solidariedade e Sustentablidade
3. Teologia Pública

Cada um destes três setores se articula com grupos e subgrupos temáticos e por eles é alimentado."(p. 8)

A proposta do Instituto é audaciosa, mas muito coerente com o modo de ser e proceder da Companhia de Jesus nos seus inícios e nos tempos atuais, pois coloca no areópago da Universidade e da sociedade os temas que precisam ser debatidos pelos cidadãos e estudados pelas diversas áreas das ciências.

A proposta de trabalho do Instituto Humanitas Unisinos se constitui em motivo de orgulho para a Sociedade Antônio Vieira, para os jesuítas da Província Sul e para os jesuítas de todo o Brasil, pois quando se busca a dignidade da vida do ser humano, aí se realiza a glória de Deus. " Enquanto houver um ser humano vitimado pela miséria e a fome, é a humanidade toda que sofre em sua dignidade ofendida" (Nº 42)."

Ecos do evento

Foi muito bom. Muito esclarecedor. Eu senti que foi apresentado o IHU abertamente para todos. Foi pouco o tempo para tanto assunto interessante debatido.

Maria Odete da Silva/ECAU

Foi ótimo. Eu não conhecia o Humanitas. Gostei de conhecê-lo. Acho que pode chegar a ser a grande inteligência da Universidade com uma interdisciplinaridade efetiva. Mas também acho que só vai funcionar se atrair todas as forças da Universidade para essa discussão.

Prof. Dr. Tiago Alves/ diretor do Centro de Ciências Econômicas.

Achei duas coisas fundamentais. Em primeiro lugar, o IHU é um espaço de intercâmbio entre diversos centros que dão uma melhor identificação da Universidades com as vítimas dos direitos humanos. Em segundo lugar, é uma proposta de continuidade de intercâmbio interdisciplinar para operacionalizar a defesa dessas vítimas. Gostei Muito.

Jackes Alfonsin/ professor do Centro de Ciências Jurídicas.

Foi uma importante oportunidade para o IHU articular com outras áreas da Universidade. O Instituto tem o grande desafio de proporcionar uma proposta, um espírito, que deve atingir um grande público da Universidade. O dia de hoje foi uma possibilidade para articular conceito, disciplina e prática.
Carlos Alberto de Oliveira Cruz/ Diretor de Assuntos Comunitários da Pró-reitoria Comunitária e de Extensão.

Acho que esta reestruturação que houve em alguns setores vai permitir trabalhar de forma mais integrada. Essa mudança na experiência inaciana, ou seja, trabalhar juntas a pedagogia e espiritualidade inacianas, junto com a dimensão social, marca forte do próprio Instituto, vai favorecer as trocas e a ação. Em um ano, dá para ver uma caminhada com um fortalecimento fantástico.
Cecília Osowsky./Profa. do Centro de Ciências Humanas.

Foi um momento importante que possibilitou um conhecimento ampliado do que é o IHU para o conjunto da Universidade.
Alcido Arnold /Prof. do Centro de Ciências Humanas.

Plebiscito sobre Alca

Dom Luiz Demétrio Valentini é Bispo de Jales (SP). De 1991 a 1999, foi membro da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, como responsável pelo Setor Pastoral Social. Durante este período, foi Presidente da Cáritas Brasileira e membro do Departamento de Pastoral Social do CELAM. Participou da Quarta Conferência Episcopal Latino-Americana de Santo Domingos, em 1992, onde coordenou a Comissão de Ecologia. Participou do Sínodo Especial da América, em 1997, onde foi eleito Membro da Comissão Permanente do mesmo Sínodo. Dom Demétrio integra atualmente Comitê Nacional do Plebiscito sobre ALCA. Entrevista, via internet, a D. Demétrio. Eis a entrevista.

IHU On-Line- A postura de apoio ao Plebiscito sobre a ALCA da CNBB tem sido fundamental para que ele aconteça, mas é sabido que não é uma postura uniforme. Quais as diversas atitudes que os Bispos têm atualmente e quais são os argumentos dos menos favoráveis ao plebiscito?
Dom Demétrio- Em primeiro lugar, há uma constatação significativa: desta vez, o plebiscito tem adesão maior das bases, mesmo com menos apoio das instituições. Isso me parece bom sinal, revela crescimento da cidadania e relativiza a questão de eventuais divergências quanto ao apoio que deveria, ou não, ser dado por parte da CNBB. O apoio ao plebiscito estava no "plano bienal" dos organismos da CNBB e talvez alguns Bispos não sabiam disso. Também é parecer de alguns Bispos que a Igreja não deveria se manifestar a respeito de questões de ordem econômica.
Mas, a recente divulgação da posição crítica da Conferência Episcopal do Canadá, alertando para os perigos da ALCA, tendo como base a experiência com o NAFTA, me parece que veio respaldar, de modo muito significativo, o apoio que a CNBB vem dando ao plebiscito, através, sobretudo, de suas pastorais sociais.

IHU On-Line-O candidato a presidente disse em entrevista à FSP do dia 25/8: "O

PT é um partido que está prestes a ganhar uma eleição nacional e não pode ficar brincando de plebiscito" - Luiz Inácio Lula da Silva, justificando a ausência do PT no plebiscito sobre a ALCA - Como o Sr. interpreta essas palavras?
Dom Demétrio - Foram infelizes, e certamente não condizem com o valor que pode representar, para o futuro governo, este plebiscito sobre a ALCA. Provocaram o brio dos organizadores do plebiscito. Tudo somado, contribuem para a autenticidade do plebiscito.

IHU On-Line- Qual a incidência que o Sr. espera do plebiscito? É possível que o Brasil não entre na ALCA a partir dele? Quais seriam as conseqüências?
Dom Demétrio- Para o futuro governo, seja qual for, se quiser defender os interesses do Brasil, será sempre muito válido o respaldo que o resultado do plebiscito poderá oferecer. Neste sentido, o plebiscito se apresenta como bom instrumento para educação política e para a prática da cidadania. Todos concordam que, sem o Brasil, não vai acontecer a ALCA. Daí a responsabilidade especial do Brasil, em propor uma integração solidária dos países do continente, e não uma integração submissa aos interesses hegemônicos das transnacionais, como está acontecendo com o NAFTA, cuja extensão para toda a América está sendo proposta pela ALCA.

IHU On-Line- Como a ALCA pode afetar a vida dos trabalhadores? E dos estudantes?
Dom Demétrio- Seria mesmo interessante a projeção concreta das conseqüências sobre os trabalhadores, a partir da experiência do NAFTA. O documento dos Bispos do Canadá constata, por exemplo, que o poder aquisitivo dos trabalhadores no México diminuiu 50% após oito anos de NAFTA.
Quanto aos estudantes, está na filosofia da ALCA que todos os "serviços", também o da educação, estejam abertos à livre concorrência de quem quiser oferecê-los aos "consumidores". Assim, "o acesso à educação não seria mais tratado como um direito dos cidadãos, mas como um serviço a ser comprado, negociado, barganhado".

IHU On-Line- Para qual dos aspectos da ALCA o Sr. mais chamaria a atenção?
Dom Demétrio- O veneno principal do NAFTA, e que se quer repassar à ALCA, é o que está no capítulo 11 do NAFTA, e que consiste na proteção incondicional aos investimentos, com a desproteção aos trabalhadores e ao meio ambiente. Por isso, a proposta da ALCA não se limita ao "livre comércio". Ela é, sobretudo, uma tentativa de garantia total dos lucros dos investimentos, mesmo que para isso se reduza a soberania dos Estados, que, em caso de conflitos de interesses, seriam submetidos a julgamento em tribunais supranacionais criados para isso. Por isso, o que está em jogo com a ALCA é a soberania dos Estados, e a advertência maior a se fazer é a respeito do alcance deste processo de "recolonização", que está embutido na ALCA.

A ALCA É UMA NECESSIDADE PARA A SOBREVIVÊNCIA DO CAPITALISMO AMERICANO

Entrevista com Prof. Dr. Renato Saul

Renato Saul é professor do PPGSCA da Unisinos. Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México, UNAM, México, com tese intitulada: *Propiedad, trabajo y liberalismo en una sociedad esclavista moderna* (Brasil Siglo XIX). Especialista em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS e graduado em Ciências Sociais também pela UFRGS.
Renato Saul é autor do livro *A modernidade aldeã*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do RGS, 1990. 180 p. Para continuar o grande debate da Universidade sobre a ALCA, o *IHU On-Line* fez ao prof. Renato Saul as perguntas que serão feitas às pessoas durante o Plebiscito sobre a ALCA , entre os dias 1º e 7 de setembro p.v. Convidamos o leitor a acompanhar seus argumentos. O prof. Renato estará no *IHU Idéias* da próxima quinta-feira dia 5, às 17h30min, na sala 1C103, com o tema *ALCA: impactos positivos e negativos sobre o RS.*

IHU On-Line- A primeira pergunta é "O governo brasileiro deve assinar o tratado da ALCA"? O que o Sr. acha?
Renato Saul- De forma nenhuma. Os Estados Unidos precisam do Brasil na ALCA muito mais do que o Brasil possa precisar dos Estados Unidos. A ALCA é a necessidade de sobrevivência do capitalismo americano. A economia dos EUA passou por um momento de euforia entre 1998 e 2000 e está agora em plena crise. Os países árabes e o Japão, que têm grandes capitais nos Estados Unidos, aplicados em bônus do tesouro americano, o investimento mais seguro do mundo, e alguns, os japoneses, estão ameaçando se retirar desse mercado em razão da crise interna do país. Se os árabes, que tem mais de um trilhão de dólares aplicados, fizerem o mesmo, então a crise econômica americana poderá se tornar muito grave. A guerra contra o Iraque, por exemplo, de certo modo, parece estar condicionada a isso. Os Estados Unidos necessitam do Brasil em primeiro lugar porque temos um mercado interno bastante importante (o maior da América Latina), apesar de todos os problemas agudos que vivemos. Em segundo lugar, pela biodiversidade brasileira que é indispensável para o programa hegemônico dos EUA desde o ponto de vista econômico e tecnológico. Em terceiro lugar, pelas formas de energia alternativas que o Brasil apresenta.

IHU On-Line- Um dos problemas mais graves seria, então, o da propriedade intelectual?
Renato Saul- Sim. Há necessidade dos EUA de controlar a propriedade intelectual, a fim de garantir a sua hegemonia no mercado mundial. Na revista *Carta Capital* de 19/06/2002, foi divulgado ranking de patentes do mundo, com dados de 2001 (patentes registradas no mercado americano, que serve como parâmetro mundial). Podemos ver que os EUA tem 87.706 patentes registradas (53%). Segue Japão com 20%, Alemanha com 7%, em quarto lugar Taiwan com 3% e em 29º lugar, o Brasil com 0,06% das patentes. Isto mostra a hegemonia americana no terreno do controle da propriedade intelectual, por um lado, e, por outro lado, a dependência dessa economia em relação à necessidade de um plano para controlar a propriedade

intelectual mais amplamente, de modo a manter condições de enfrentamento na acirrada competição no mercado mundial. A revista *Scientific American*, há alguns meses atrás, divulgou um fato bastante curioso que se verifica naquele país. O número de jovens "brancos" americanos (a expressão "white americans" é do próprio texto da revista em questão) que está fazendo doutorado em engenharia e ciências apresenta tendência a diminuir, permanecendo estável o número de estrangeiros que estão realizando os mesmos cursos lá. O governo americano teme o retorno desse contingente de estrangeiros para seus países de origem e o conseqüente aumento do déficit de nacionais nesse campo, chave para o desenvolvimento tecnológico do país. Esse seria outro fator, do meu ponto de vista, a aumentar a pressão sobre o controle da propriedade intelectual desenvolvida no território americano e fora dele, em suas áreas de influência.

IHU On-Line- A segunda pergunta do plebiscito é "O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da ALCA?" Como o Sr. responderia?
Renato Saul- Não. Acho que o Brasil deveria se retirar, ou, pelo menos, manter uma posição de prudência, até ficar bem clara a substância do acordo e a provável repercussão dos seus efeitos. Ninguém sabe bem o seu conteúdo, na realidade. Nenhuma entidade científica, universitária ou
empresarial brasileira parece ter uma noção clara do que contém, qual a sua extensão e quais são as prováveis repercussões do acordo. Os pontos mais complicados são o da propriedade intelectual, como disse antes, e o protecionismo econômico. Esse protecionismo está se apresentando como uma forma de terrorismo para obrigar os países de América Latina a participar desse acordo. De outra parte, o protecionismo em prática no território americano revela um outro aspecto da atual crise econômica americana. Por exemplo, nos Estados Unidos há indícios de estar ocorrendo um processo de concentração da propriedade rural e a renda anual líquida desse setor tende a cair de forma significativa. Na década de 30, essa renda era de 35 bilhões de dólares, na década de 60, era de 51 bilhões. Mas em 90 foram 46,9 bilhões e a previsão é que nesta década seja 36,7 bilhões. O problema parece residir na necessidade de alto investimento tecnológico no setor, cujo retorno não é compensatório. O resultado é que os EUA precisam de uma política de subvenção da atividade primária e proíbem que o Brasil, e outros países da América Latina, a desenvolva em benefício de seus produtores, colocando todo tipo de restrições.

IHU On-Line- A ALCA seria efetivamente um retorno ao Brasil Colônia?
Renato Saul- Penso que sim. Se o Brasil assinar o acordo, ele estaria se submetendo a um regime bastante próximo do que ele conheceu nos século 18 e 19, em que Portugal exercia a fiscalização do processo produtivo interno, a mando da Inglaterra. ALCA seria a versão moderna desse fiscalismo colonial, que não apenas controlaria o desenvolvimento industrial do País, como inclusive poderia torná-lo totalmente subordinado a imperativos estranhos aos interesses da população do país. Abdicaríamos de nossa autonomia, sufocaríamos a capacidade criativa dos nossos especialistas e permaneceríamos no mercado internacional como sócios menores de um acordo obscuro e obscurantista.

IHU On-Line- Então o Sr. acha que o Brasil pode e deve ficar fora da ALCA?
Renato Saul- Brasil pode perfeitamente ficar fora do acordo e não vai desaparecer se isso vier a acontecer. Existem relações comerciais com a Europa, com a China (que hoje é já, provavelmente, a maior economia mundial). Infelizmente a grande

imprensa não trata o assunto com clareza, parece amordaçada. Eu acho que os próprios grandes grupos da imprensa estão em crise. A busca da abertura de capitais a estrangeiros nesta área é um sinal disso. De outro lado, notei, aqui na Universidade, durante o ciclo de estudos sobre ALCA, como nossos boa parte dos alunos estão desinformados em relação ao tema. Parcela dessa desinformação deriva da falta de informações ou de informações distorcidas que circulam nos meios de comunicação. O debate é visto, geralmente, como se fosse de algo menor, de algo que não merece uma exame mais sério, apenas uma questão de divergência de pontos de vista, de diversidade de opiniões. Nunca a questão aparece como um fato da maior importância em termos da soberania nacional, de que se trata realmente de um projeto que ameaça o nosso futuro, do nosso destino. Para ficar fora da Alça é necessário conhecimento de causa, debates esclarecedores, de decisão política consciente. A mídia poderia exercer esse papel, que é seu, mas que parece não lhe interessar. Existem estudos que mostram os efeitos desastrosos do Nafta no Canadá e no México, em seus sete anos de funcionamento, mas isso ninguém divulga.

IHU On-Line- Mas não é essa a posição política de nenhum dos grandes partidos, nem sequer o PT fala em não entrar na ALCA. Inclusive, recentemente, foi publicada, nos jornais, uma atitude irônica do Lula frente ao plebiscito...
Renato Saul- Eu não acredito nisso. Acho que se fabrica muita informação. Lula talvez não possa dizer que o Brasil vai ficar fora da ALCA, mas ele fala bastante em fortalecer o Mercosul, o que é um modo de contestar a aceitação do acordo. E essa tem sido a tônica do seu discurso tanto quanto posso perceber.

IHU On-Line- A terceira e última pergunta do plebiscito sobre a ALCA é "O governo brasileiro deve entregar uma parte de nosso território – a Base de Alcântara – para controle militar dos Estados Unidos?"
Renato Saul- É um absurdo. É mais um modo de ceder um pedaço da nossa soberania. E que pedaço e em que condições...

Livros & Artigos

Livro da Semana

LE RÉENCHANTEMENT DU MONDE

PETER BERGER

BERGER, Peter L. (org.), *Le Réenchantement du monde*. Paris: Bayard, 2001. 185 p. Tendo em vista o Congresso Internacional de Ensino Religioso, *Manifestações religiosas no mundo contemporâneo* apresentamos nesta semana o livro organizado por Peter L. Berger.

1.- RESENHA DO LIVRO

Traduzimos e publicamos a resenha do livro publicada no jornal canadense *Le Devoir*, 10-11 de agosto de 2002 e escrita por Georges Leroux. A resenha se intitula *O retorno da religião.*

O RETORNO DA RELIGIÃO

A secularização progressiva das instituições e das normas nas sociedades modernas é, desde um longo tempo, interpretada como um processo tanto inelutável quanto universal: o desencantamento do mundo, segundo a expressão introduzida por Marx Weber e brilhantemente retomada por Marcel Gauchet, seria um processo irreversível e que afetaria, segundo ritmos próprios, a todas as sociedades humanas penetradas pelos ideais da modernidade. Esta secularização não implica o abandono da metafísica ou da fé em Deus. Ela somente impõe uma separação social, que atinge a todos os registros da atividade, da autoridade das religiões pondo em prática uma economia da separação das funções. Max Weber consagrou numerosos estudos sobre as relações de diferentes religiões com as sociedades nas quais elas eram o núcleo simbólico – o seu livro Confucionismo e taoísmo, recentemente traduzido para o francês pela Editora Gallimard (Paris, 2000) é um exemplo importante do seu método – e a sua constatação foi sempre a mesma: apesar das resistências, muitas vezes violentas, de muitas sociedades frente a este processo de separação, todas elas conheceram um declínio constante do poder da religião.

Um dos teóricos mais importante neste domínio da sociologia da religião, o norte-americano Peter L. Berger([1]), após ter, durante vinte e cinco anos defendido ele também esta tese, agora pensa que esta a conduziu para previsões erradas e que a situação atual se caracteriza, pelo contrário, por uma retomada, quase universal, do religioso, e por um movimento de contra-secularização no próprio seio das sociedades mais impregnadas pela modernidade. Os artigos que ele compila e apresenta neste livro contêm muitos elementos que ilustram este processo de "reencantamento do mundo", mas não se pode dizer que a demonstração seja inteiramente convincente. Crítico da teoria da secularização, Peter L. Berger esboça um quadro global, no seio do qual a ressurreição do religioso aparece tanto como uma recusa do relativismo moderno quanto uma reação natural à erosão do sentido e da comunidade. Segundo ele, a secularização é percebida quase sempre em toda a parte como o monopólio de uma elite escolarizada, contra a qual uma reação populista e comunitária se reforça recorrendo ao recurso do religioso. O século XXI será mais religioso, o que não exclui que muitas sociedades evoluem para uma laicidade cada vez mais forte.
Seis capítulos, confiados a excelentes especialistas, ilustram a força deste processo de ressurgência. Todos são escritos numa perspectiva rigorosamente sociológica (se se coloca à parte o capítulo sobre o judaísmo, francamente apologético), os estudos descrevem retratos apaixonantes do impacto político das religiões nas sociedades complexas: em primeiro lugar, a reinterpretação do catolicismo sob o pontificado de João Paulo II, que se caracteriza por uma universalização da missão de evangelização, revista como dever moral de universalização dos direitos do homem,

[1] .- Autor de inúmeros livros, entre os quais, *Rumor de Anjos*, Petrópolis: Vozes, 1997, 2ªed.; *Perspectivas Sociológicas,* Petrópolis: Vozes, 22ª ed.; *Construção Social da Realidade*. *Tratado de Sociologia do Conhecimento*, Petrópolis: Vozes, 2002, 22ª ed.

e uma adaptação à era das comunicações (George Weigel); depois um estudo da irrupção evangelista, cujo fenômeno pentecostal e carismático constitui a força mais imponente, tanto nas sociedades latino-americanas quanto em todas as partes.

O capítulo sobre o judaísmo, redigido pelo grande rabino de Londres, Jonathan Sacks, apresenta certamente os fermentos da renovação da ortodoxia, mas ele expõe, em primeiro lugar, os riscos da extinção da fé judaica, e a sua postura é quase que um apelo ao retorno da tradição. Esta análise tende mais a mostrar as forças de secularização, operando nas comunidades da diáspora, e a necessidade de manter as relações as mais estreitas possíveis com a ortodoxia praticada em Israel para evitar a erosão total.

A EXCEÇÃO EUROPÉIA

O capítulo sobre a Europa apresenta claramente o caso de exceção: os dados mostram que por toda a Europa a religião perdeu o seu poder estruturante não somente na vida coletiva, mas também na vida privada (ritos de passagem, educação, etc). No entanto, a análise de Grace Davie, (nutrida dos ricos trabalhos de Danièle Hervieu Léger) consegue perceber a existência de minorias religiosas e nas profundezas o enraizamento judeu-cristão no que diz respeito à cultura. Se a Europa parece ser o único exemplo de sociedade secularizada, é porque ela teria integrado mais rigorosamente os ideais da modernidade, mas sem eliminar a função do religioso na elaboração simbólica. É difícil evocar um reencantamento religioso na Europa, mas nada indica que o modelo europeu seja tão estável que conduza à eliminação do religioso.

Abordando a China e o Tibet, se penetra no contexto de sociedades autoritárias, onde a repressão do religioso continua a ser exercida em virtude mesmo da racionalização interpretada à luz do comunismo. Paradoxalmente – é o que nos faz ver Tu Weiming – esta racionalização tem por efeito estimular uma reinterpretação das heranças tradicionais, confucianas e taoístas, abandonando para a esfera privada a vasta experiência do budismo. Seria suficiente, como é o caso da ex-União Soviética ou da Polônia, que o ferrolho anti-religioso salte para que se assista a um enorme processo de reapropriação das tradições para lutar contra a mercantilização de toda a sociedade.

O último capítulo é, ao mesmo tempo o mais simples e o mais complexo; se é fácil caracterizar as sociedades islâmicas como as sociedades ainda dominadas pela hegemonia do religioso – e é o caso das sociedades cativas do fundamentalismo -, é menos fácil dizer em que sentido o Islã político determina o futuro destas sociedades e as impede, por assim dizer, a priori, de aceder à modernidade. O autor, Abdullahi A. Na-Na'im, pensa que muitos exemplos de uma laicidade islâmica orientam para uma evolução secularizante, e isso a despeito dos crispamentos e da lentidão observada por todos aqueles que estudam o Egito ou a Indonésia.

Ou seja, se o islamismo e o fundamentalismo não são a última trincheira do religioso, como sustentam os novos críticos da secularização, a sua extensão não é muito mais um sinal de uma resistência violenta à modernidade do que a prova de um processo de reencantamento? Este livro mostra muito mais a lentidão e a complexidade do processo de secularização, ele mostra também a força do sentimento religioso em todas as sociedades que buscam acelerar este processo ou que produzem modelos de autoridade normativa sem relação com as bases populares, como é o caso das tecnocracias.

O livro, é preciso insistir, é de uma clareza invejável: as sínteses são luminosas e as notas mostram a intensidade dos esforços atuais em compreender as evoluções imprevistas. Mas não se pode evitar a impressão de parcialidade quando se observa que não há nenhum estudo consagrado às sociedades da América do Norte e da ex-União Soviética".

2.- O REENCANTAMENTO DO MUNDO

A tradução francesa é apresentada por Jean-Luc Pouthier. Comentando o título do livro, ele escreve: "Uma tradução literal do título americano seria: *A dessecularização do mundo*, o que seria o título mais explícito... A idéia vizinha de 'reencantamento do mundo' é, sem dúvida, mais familiar aos leitores franceses que ainda têm na memória o livro de Marcel Gauchet, *Le Désenchantement du monde. Une histoire politique de la réligion* (Paris: Gallimard, 1985) e que teve uma grande repercussão. Marcel Gauchet defendia a tese de que o cristianismo, abrindo a porta à autonomização do mundo no que diz respeito às religiões englobantes das origens, tinha sido 'a religião da saída da religião'. Ele não prognosticava o fim da crença religiosa enquanto tal, mas do seu papel social. Quanto à expressão 'desencantamento do mundo', propriamente dita, ela é emprestada por Marcel Gauchet, de Max Weber. O mundo 'desencantado' de Weber é um mundo que o processo de racionalização desdivinizou, dissolvendo suas representações mágicas. Neste sentido, o protestantismo era para Weber uma espécie de ponto de chegada máximo deste processo". E o tradutor Jean-Luc Pouthier anota: "Reencantamento não significa o retorno às crenças ou práticas mágicas, ainda que os curandeiros não tenham desaparecido do horizonte religioso e que os creacionistas americanos, por exemplo, para quem a Bíblia é a única que dita a verdade sobre a criação do mundo, sejam beneficiados pela proteção de alguns homens políticos. Um certo reencantamento indica que o confronto da crença religiosa e do mundo moderno não produziu um resultado unívoco. Marcel Gauchet, na importante entrevista concedida à revista Futuribles, no. 260, janeiro de 2001, p. 93-98, afirma: "Eu penso que é preciso excluir do horizonte a idéia de um reencantamento do mundo. (...) Não temos nada no nosso horizonte que se pareça com um reencantamento do mundo, e todos aqueles que nos anunciam um tal programa se esmeram em definir de modo bem preciso o que é um mundo encantado"(2). O fato de que a religião, hoje, em grande parte saído das instituições não anuncia a sua extinção nem é um prejulgamento da capacidade das instituições de reagir este estado de fato"(3).

3.- A DESSECULARIZAÇÃO DO MUNDO SEGUNDO PETER L. BERGER

Este é o título do capítulo de Peter L. Berger, das páginas 13-36 do livro em questão. Traduzimos algumas frases do autor.

"A idéia de que vivemos num mundo secularizado é falsa. Isto significa que todo um conjunto de trabalhos publicados por historiadores e sociólogos sobre a 'teoria da secularização' são fundamentalmente errados. Eu contribuí com esta literatura, quando publiquei minhas pesquisas passadas. Eu estava em boa companhia – a

[2] .- A tradução integral desta importante entrevista está publicada no *CEPAT Informa*, no. 86, junho de 2002, número especial intitulado 'A sociedade pós-secular. A religião após a religião'.

[3] .- POUTHIER, Jean-Luc, 'Présentation' in: BERGER, Peter L. (org.), *Le réenchantement du monde*, op, cit. p. 9-11.

maioria dos sociólogos da religião professavam o mesmo gênero de idéias. Eu costumo dizer aos meus alunos que a vantagem dos pesquisadores em ciências sociais em relação, por exemplo, com os filósofos e teólogos, é que aqueles podem se dar ao prazer de verem suas teorias preferencialmente desmentidas que verificadas" (p. 15)

"A modernização engendra certas formas de secularização, mais perceptíveis em alguns espaços que em outros; mas ela produz também fortes movimentos de contra-secularização" (p. 15).

"Eu acredito que a interação entre as forças de secularização e contra-secularização é um dos temas mais importantes para a sociologia da religião contemporânea" (p. 21).

"A modernidade, por razões facilmente compreensíveis, balançou, revirou todas as velhas certezas: ora, viver na dúvida é uma situação penosa para muitas pessoas; é por este motivo que um grande número de organizações (e não somente religiosas) que prometem fornecer ou restabelecer certezas, tem um mercado pronto que está aberto para elas" (p. 21).

"Na América Latina, a conversão ao protestantismo trouxe consigo uma transformação cultural – novas atitudes em relação ao trabalho e ao consumo, uma nova ética da educação e uma rejeição violenta do machismo tradicional (as mulheres têm um papel-chave nas Igrejas Evangélicas)" (p. 23).

"Um sentimento religioso intenso sempre existiu; é a sua ausência, antes que sua presença, que necessita ser explicado. A secularização moderna é um fenômeno muito mais enigmático que todas as explosões religiosas. Se você quiser, a universidade de Chicago é um tema muito mais interessante para o sociólogo da religião do que as escolas islâmicas de Qom. Ou seja, o fenômeno observado aqui mostra simplesmente a continuidade do lugar da religião na experiência humana"(p. 28).

"A próxima renovação religiosa na América emergirá, talvez, entre os universitário pós-modernos desencantados!" (p. 29).

"Eu acredito que o evangelismo concorre para a modernização na maioria dos países onde ele se implantou. Isso é evidente na América Latina. Os novos adeptos das igrejas evangelistas rejeitam um grande número de tradições que eram um obstáculo à modernização – o machismo, antes de tudo, mas também a submissão à hierarquia, atitude inerente ao catolicismo ibérico. Estas Igrejas defendem valores e modos de comportamento que contribuem para a modernização. (...) Não é um absurdo pensar que as assembléias evangelistas se tornam, dessa maneira – sem o querer, seguramente – em escolas de democracia e de mobilidade social" (p. 31).

"No mundo moderno, é provável que a religião favoreça muitas vezes mais a guerra que a paz, tanto nas quanto entre as nações" (p. 33).

"Há uma afirmação que pode ser proferida com muita confiança: é correr um grande risco negligenciar a religião numa análise do mundo de hoje" (p. 36).

Artigo da Semana

POR UMA POLÍTICA DA HUMANIDADE
EDGARD MORIN

Traduzimos e reproduzimos a entrevista de Edgard Morin publicada no jornal francês *Libération*, 26-08-02. E. Morin é um dos pensadores contemporâneos mais importantes. Há 50 anos, ele se interessa pela complexidade crescente do conhecimento científico e suas interações com as questões humanas, sociais e políticas. Autor de várias obras, entre elas, *A Religação dos Saberes*. São Paulo: Bertrand, , 2001; *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Ed Cortez, 2001. Seu último livro *Pour Une Politique de Civilisation*. Paris: Seuil, 2002. ainda não se encontra traduzido para o português. Os subtítulos são nossos. O IHU on-line no. 31 publicou o artigo de E. Morin intitulado *Romper com o desenvolvimento* (p. 24).

Agradecemos aos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT – com sede em Curitiba, a tradução deste artigo.

Será que não é necessário nos desfazermos do conceito de desenvolvimento, na sua versão melhorada ou persuadida de desenvolvimento duradouro, sustentável ou humano? A idéia de desenvolvimento sempre comportou uma base técnico-econômica, mensurável pelos indicadores de crescimento e de renda. Ela supõe, implicitamente, que o desenvolvimento técnico-econômico é a locomotiva que conduz, naturalmente, a um 'desenvolvimento humano' cujo modelo acabado e bem sucedido é o dos países ditos desenvolvidos, em outras palavras, ocidentais. Essa visão supõe que o estado atual das sociedades ocidentais constitui o objetivo e a finalidade da história humana. O desenvolvimento 'durável' vem apenas atenuar o desenvolvimento, levando em consideração o contexto ecológico, mas sem questionar seus princípios. No 'desenvolvimento humano', a palavra humano está vazia de qualquer substância, a menos que remeta ao modelo humano ocidental, que certamente comporta traços essencialmente positivos, mas também, repetindo, características essencialmente negativas. Também o desenvolvimento, noção aparentemente universalista, constitui um mito típico do sócio-centrismo ocidental, um motor de ocidentalização forçada, um instrumento de colonização dos 'subdesenvolvidos' (o Sul) pelo Norte. Como diz de maneira precisa Serge Latouche, 'estes valores ocidentais [do desenvolvimento] são precisamente aqueles que é preciso questionar para encontrar uma solução para os problemas do mundo contemporâneo' ([4]).

O desenvolvimento só considera o que pode ser quantificado

O desenvolvimento ignora o que não é nem calculável, nem mensurável, isto é, a vida, o sofrimento, a alegria, o amor, e o único critério pelo qual mede a satisfação é o crescimento (da produção, da produtividade, da renda monetária). Definido unicamente em termos quantitativos, ignora as qualidades: as qualidades de existência, as qualidades de solidariedade, as qualidades do meio, a qualidade de vida, as riquezas humanas não calculáveis e não monetárias; ignora o dom, a magnanimidade, a honra, a consciência. Sua andadura varre os tesouros culturais e

[4] .- *Le Monde Diplomatique*, maio de 2001.

os conhecimentos das civilizações antigas e tradicionais; o conceito cego e grosseiro de subdesenvolvimento desintegrado das artes da vida e da sabedoria de culturas milenares. Sua racionalidade quantificadora é irracional quando o PIB (produto interno bruto) contabiliza como positivas todas as atividades geradoras de fluxos monetários, incluindo as catástrofes como a destruição do *Erika* ou a tempestade de 1999, e quando ignora as atividades benéficas gratuitas.

O reducionismo do desenvolvimento técnico-econômico

O desenvolvimento ignora que o crescimento técnico-econômico também produziu o subdesenvolvimento moral e psíquico: a hiperespecialização generalizada, a compartimentalização em todas as áreas, o hiperindividualismo e o espírito do lucro geram a perda da solidariedade. A educação disciplinar do mundo desenvolvido traz conhecimentos, mas gera um conhecimento especializado que é incapaz de reconhecer os problemas multidimensionais e determina uma incapacidade de reconhecer os problemas fundamentais e globais. O desenvolvimento considera como benéfico e positivo tudo aquilo que é problemático, nefasto e funesto na civilização ocidental sem, portanto, incluir necessariamente aquilo que há de fecundo nela (direitos humanos, responsabilidade individual, cultura humanista, democracia).

Uma ameaça de aniquilamento

O desenvolvimento traz progressos científicos, técnicos, medicinais, sociais, mas traz também destruições na biosfera, destruições culturais, novas desigualdades, novas servidões que substituem as antigas dependências. O desenvolvimento desencadeado pela ciência e pela técnica traz em si uma ameaça de extinção (nuclear, ecológica) e de perigosos poderes de manipulação. O termo desenvolvimento duradouro ou sustentável pode reduzir ou atenuar a velocidade, mas não modificar este curso destrutivo. Trata-se, de agora em diante, não tanto de reduzir a velocidade ou moderá-la, mas de conceber um novo ponto de partida. Finalmente, o desenvolvimento do qual o modelo, o ideal, a finalidade é a civilização ocidental, ignora que esta civilização está em crise, que seu bem-estar inclui o mal-estar, que seu individualismo inclui cercas egocêntricas e solidões, que suas manifestações técnico-urbanas e industriais incluem tensão e danos e que as forças que se desprendem do 'desenvolvimento' conduzem à morte nuclear e à morte ecológica. Nós temos necessidade, não de continuar, mas de um novo começo.

Solidarizar o planeta

O desenvolvimento ignora que um verdadeiro progresso humano não pode partir do hoje, mas que é necessário um retorno às potencialidades humanas genéricas, isto é, uma regeneração. Da mesma forma que um indivíduo carrega em seu organismo células embrionárias que podem se regenerar, igualmente a humanidade carrega em si os princípios da sua própria regeneração, que se encontram adormecidos, fechados nas especializações e nas escleroses sociais. São estes princípios que permitiriam substituir a noção de desenvolvimento por uma política da humanidade (antropolítica) que eu já venho sugerindo há muito tempo, uma política de civilização. A política do humano teria por missão mais urgente solidarizar o planeta. Assim, uma agência *ad hoc* das Nações Unidas deveria dispor de fundos próprios para a humanidade carente, sofredora, miserável. Ela deveria incluir um departamento mundial de medicamentos gratuitos para a Aids e as doenças infecciosas, um departamento mundial de alimentação para atender as populações

carentes ou afligidas pela fome, uma ajuda substancial para as ONGs. As nações ricas deveriam promover uma mobilização maciça de seus jovens no serviço cívico planetário, em toda parte onde fossem sentidas as necessidades dessa ajuda (em regiões atingidas por secas, inundações, epidemias).

O problema da pobreza não se resume a renda

O problema da pobreza é mal avaliado em termos de renda; é, sobretudo, de injustiça que sofrem os indigentes, os miseráveis, os necessitados, os subalternos, os proletários que estão desarmados para fazer frente aos problemas da subnutrição e da doença, assim como são carentes de respeito e de consideração. O problema dos carentes é sua impotência diante do menosprezo, da ignorância e do destino. A pobreza é muito mais que pobreza. Ou seja, no essencial, ela não se calcula e nem se mede em termos monetários. A política da humanidade seria correlativamente uma política de justiça para todos aqueles que, não sendo ocidentais, tivessem negado os direitos reconhecidos pelo Ocidente para ele próprio. A política da humanidade seria, ao mesmo tempo, uma política para constituir, proteger e controlar os bens planetários comuns. Considerando que estes estão atualmente limitados e distantes do centro (a Antártica, a Lua), seria preciso introduzir também o controle da água, sua retenção e seus desvios, assim como o controle das jazidas petrolíferas.

A nave espacial Terra desgovernada

A política de civilização teria por missão desenvolver o melhor da civilização ocidental, rejeitar o pior e operar uma simbiose de civilizações, integrando as contribuições fundamentais do Oriente e do Sul. Esta política de civilização seria necessária para o próprio Ocidente. Este sofre cada vez mais do domínio do cálculo, da técnica, do lucro sobre todos os aspectos da vida humana, do domínio da quantidade sobre a qualidade, da degradação da qualidade de vida nas megalópoles e da desertificação da zona rural, utilizada pela agricultura e pecuária industriais, que já produziram várias catástrofes alimentares. O paradoxo é que esta civilização ocidental que triunfa no mundo, está numa crise que afetou o núcleo mais profundo de sua realização, que é a revelação de suas próprias carências. A política do homem e a política de civilização devem convergir nos problemas vitais do planeta. A nave espacial Terra é propulsada por quatro motores conectados uns aos outros e ao mesmo tempo descontrolados: ciência, técnica, indústria e capitalismo (lucro). O problema está em estabelecer um controle para esses motores. Os poderes da ciência, da técnica, da indústria devem ser controlados pela ética, que só pode impor seu controle através da política; a economia não apenas deve ser regulada, como deve tornar-se plural, incluindo as associações, as cooperativas, as trocas de serviços.

Uma governança para a Terra-Pátria

Assim, o planeta tem necessidade, cada vez mais, de uma política do homem e uma política de civilização. Mas ela tem para isso necessidade de uma governança. Uma governança democrática mundial está atualmente fora do alcance; entretanto, as sociedades democráticas se prepararam por meios não democráticos, ou seja, por meio de reformas impostas. Seria desejável que este governo se efetue a partir das Nações Unidas que, dessa maneira, formariam uma confederação, criando instâncias planetárias dotadas de poder sobre os problemas vitais e os perigos extremos (armas nucleares e biológicas, terrorismos, ecologia, economia, cultura).

Mas o exemplo da Europa nos mostra a lentidão de um encaminhamento que exige o consenso de todos os parceiros. Seria necessário um crescimento rápido e terrível dos perigos, a chegada de uma catástrofe, para constituir o choque elétrico necessário para a conscientização e a tomada de decisões. Por meio de regressão, deslocamento, caos, desastres, a Terra-Pátria poderia surgir de um civismo planetário, de uma emergência da sociedade civil mundial, de uma ampliação das Nações Unidas, não substituindo as pátrias, mas abrangendo-as.

Um enorme obstáculo: a própria humanidade

Mas não podemos encobrir os enormes obstáculos que a isso se opõem. Há o fato, em primeiro lugar, de que a tendência à unificação da sociedade-mundo suscita resistências nacionais, étnicas, religiosas, que conduzem à balcanização do planeta, e a eliminação destas resistências suporia uma dominação implacável. De modo especial, há a imaturidade dos Estados-Nações, dos espíritos, das consciências, isto é, fundamentalmente a imaturidade da própria humanidade ainda por se realizar. Ou seja, ao mesmo tempo que longe de se forjar uma sociedade-mundo civilizada, se forjará, se ela conseguir se forjar, uma sociedade grosseira e bárbara. Ela não aboliria as explorações, as dominações, as negações, as desigualdades existentes. A sociedade-mundo não vai resolver *ipso facto* os graves problemas presentes em nossas sociedades e em nosso mundo, mas é o único modo pelo qual a humanidade poderia eventualmente progredir. Se os aspectos mais perversos, bárbaros e viciosos do ser humano não podem ser inibidos, pelo menos regulados, se não só não acontece uma reforma do pensamento, mas também uma reforma do próprio ser humano, a sociedade-mundo sofrerá tudo que, coberto de sangue, até agora tornou cruel a história da humanidade, dos impérios, das nações. Como aconteceria uma tal reforma que supõe uma reforma radical do sistema de educação, que supõe uma grande corrente de compreensão e de compaixão no mundo, um novo evangelho, de novas mentalidades? A superação da situação necessitaria de uma metamorfose totalmente inconcebível. Porém esta constatação desesperadora inclui um princípio de esperança; nós sabemos que as grandes mutações são invisíveis e logicamente impossíveis antes de elas aparecerem; nós sabemos também que elas aparecem, quando os meios de que dispõe um sistema se tornaram incapazes de resolver seus problemas. Assim, para um eventual observador extraterrestre, o aparecimento da vida, isto é, de uma nova organização mais complexa da matéria físico-química e dotada de novas qualidades, teria sido tanto menos concebível se ela tivesse acontecido nos turbilhões, nas tempestades, nas tormentas, nas erupções, nos terremotos.

Frases da Semana

O Novo Mundo

"A sensação que se tem ao comparar a Eco-92, do Rio de Janeiro, e a Rio +10, em Johannesburgo, é que a cruzada ambientalista andou para a frente e o mundo andou para trás" – Eliane Cantanhêde, jornalista, enviada especial para Joannesburgo, *Folha de São Paulo*, 1-9-02.

Cada vez mais inteligentes.... cada vez menos sábios!

"Nunca a nossa espécie foi, coletivamente, tão inteligente, na história quanto nós somos hoje. Mas nós somos cada vez menos sábios. Já não se trata de uma questão de conhecimentos. Não é uma questão unicamente de inteligência. O desafio agora se situa no plano da sabedoria. E a sabedoria é um casamento entre a inteligência e a moral. A sabedoria nasce de uma relação entre os nossos valores, nossa inteligência e nossos conhecimentos. É lá que se situa o desafio último no que se refere ao ambiente: seremos tão sábios que sejamos fazer gestos que nos assegurem um futuro viável?" – Maurice Strong, secretário-geral da Eco-92, em entrevista ao jornal canadense *Devoir* 31-8-02.

Considerações econômicas e desafios ecológicos

"Os eventos estão demonstrando que considerações exclusivamente econômicas não permitem que se afrontem os desafios ecológicos. O mercado não está apto para calcular o que será precioso para o ser humano no futuro de cem anos. Como avaliar, em termos de mercado a beleza de um lado? Sejamos francos: é inútil que esperemos mudanças radicais se não muda a mentalidade da sociedade de consumo, que ocupou, juntamente com a globalização, o conjunto do planeta" - Mikhail Gorbaciov, no artigo 'O Futuro esquecido', publicado no jornal italiano *La Stampa*, 26 agosto de 2002.

Eventos IHU

O QUE QUER O PEDÓFILO?

Na edição anterior do *IHU On-Line*, divulgamos o evento "*O que quer o pedófilo",* que acontece na próxima segunda-feira, dia 09, às 22h, no Anfiteatro Pe. Werner. Para a realização da discussão, houve uma parceria do IHU com o Laboratório de Filosofia e Psicanálise do PPG de Filosofia, do Centro de Ciências Humanas e do Centro de Ciências da Saúde. O conferencista será Contardo Luigi Calligaris. Como debatedores virão os professores Charles Elias Lang e Denise Oliveira Cezar. O professor Charles conduzirá o debate para o campo da Psicologia, enquanto a professora Denise abordará a questão sob o ponto de vista jurídico, principalmente com relação aos direitos da criança.

Charles Elias Lang é Doutor em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil . Título*: A desconstrução do pai no texto freudiano.* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. Título*: A Daseinsanalyse no edifício binswangeriano: uma apresentação histórica e epistemológica.* Especialista em Filosofia da Linguagem e Teoria do Conhecimento pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, Brasil. Especialista em Curso Iberoamericano de Educación a Distancia pela Universidad Nacional de Educación a Distancia, UNED, Espanha. Graduado em Psicologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos, Brasil.

Denise Oliveira Cezar é graduada em Direito pela PUC/RS. Foi assistente Judiciária junto à Procuradoria-Geral do Estado até ingressar na Magistratura, inicialmente como Pretora, em 1985 e após como Juíza de Direito, em 1987. Em Porto Alegre, foi Juíza-Corregedora e atualmente exerce a função de Juíza Assessora da Presidência do Tribunal de Justiça. É mestre em Direito pela UFRGS e doutoranda junto à mesma instituição, onde também ministra aulas, como convidada, na disciplina de Deontologia Jurídica. Já exerceu a docência na Escola de Preparação à Magistratura - AJURIS e na de Preparação ao Ministério Público.

IHU On-Line conversou com o professor Mario Fleig, que é o coordenador do evento e responsável pelo Laboratório de Filosofia e Psicanálise. Fleig é pós-doutor pela Universite de Paris XIII (Paris-Nord), U.P.XIII, Villetaneuse, França em Ética e Psicanálise, é doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, com tese intitulada "*O tempo é a força do ser - Lógica e temporalidade em M. Heidegger"*. É mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, com a dissertação: "*Os esquemas horizontais em Ser e Tempo*", é graduado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora Medianeira, com o trabalho *"Leitura da Fenomenologia do Espírito de Hegel"* e em Psicologia pela Unisinos, com o trabalho *"A agressividade em pacientes psicóticos internados em manicômio judiciário*"

IHU On-Line -Qual a importância de abordar esse assunto numa Universidade?
Prof. Mario Fleig - É um tema de interesse geral, que pertence a toda sociedade. O evento não é restrito somente às disciplinas de Ética, mas a todas as disciplinas da Universidade, inclusive as mais técnicas. Também são bem-vindos membros da comunidade acadêmica e comunidade externa em geral. É um debate aberto, que deseja acolher a todos os interessados no tema, já que envolve a temática das relações humanas.

IHU On-Line - E por que a escolha de Contardo Luigi Calligaris para desenvolver o tema?
Prof. Mario Fleig - Contardo vem trabalhando com este tema há bastante tempo. Ele trabalha, na realidade, com o tema da perversão ou *montagem de um laço social perverso* (este, inclusive, foi o objeto da sua tese de doutorado). A primeira vez que ele veio ao Brasil foi para falar sobre isso. Foi em 28 de agosto de 1985, numa conferência ministrada durante um congresso. A partir daí, ele continuou avançando e se deteve a estudar um enigma na história: *o uso do outro*. A partir de uma pesquisa, estudou o batalhão nazista encarregado do campo de concentração na Segunda Guerra. A pesquisa buscava saber se este batalhão era composto por pessoas normais ou perversas. Após a Guerra, os soldados sobreviventes voltaram e constituíram uma vida normal. O que acontece é que pessoas comuns constroem o laço de instrumentalização, do uso do outro, e isso aparece na pedofilia. Fora do ato pedofílico, o sujeito é uma pessoa comum, inserida na sociedade, com costumes rotineiros, sem despertar desconfiança de ninguém. Isso assusta. Contardo explica que o pedófilo não tem apenas a necessidade carnal, e que o ato sexual com a criança pode até não se efetivar. Ser pedófilo é ir além disso. É aproveitar-se da inocência, da ignorância do ser ingênuo, por estar numa posição de autoridade sobre ele.

IHU On-Line - E a parceria na organização do evento, seria um debate sobre ética que estaria unindo o IHU e o Laboratório de Filosofia e Psicanálise?
Prof. Mario Fleig -Sim, a ética é o pano de fundo**.** O tema nos interessa, porque aborda a questão que gira em torno do que se chama *direitos da criança*. Parte-se do princípio de que o outro não deve ser instrumentalizado, porque daí se cria uma falha ética grave. Falha ética é um tema que interessa o IHU e o Laboratório de Filosofia e Psicanálise, que está inserido na linha de pesquisa *Ética e Linguagem*.

IHU On-Line - Qual o papel do laboratório de Filosofia e Psicanálise da Unisinos?
Prof. Mario Fleig - O Laboratório de Filosofia e Psicanálise é um espaço de estudos, pesquisa e divulgação na interseção da Filosofia e da Psicanálise, na temática *Ética e Linguagem*. Ele é ligado ao PPG de Filosofia. Começou suas atividades junto com o PPG, em outubro de 2000. O laboratório promove atividades de discussão interna e externa, reuniões de discussão e estudo das temáticas e intercâmbios com outros centros. Tudo isso se dá através de eventos, publicações ou participações em congressos.

A FANTASIA DO PEDÓFILO

Contardo Calligaris, "A fantasia do pedófilo", Folha de São Paulo, 25-04-02.

Apresentamos alguns extratos do artigo acima referido:

C. Calligaris escreve: "A idéia de um padre ou de um pediatra pedófilos nos indigna. Ao abuso sexual soma-se a traição da confiança que os pais e os próprios jovens depositam nessas figuras. A indignação é justificada, mas a surpresa não. Os pedófilos preferem profissões que os coloquem em contato com crianças e numa posição de autoridade sobre elas: padres, pediatras, professores, etc. Cuidado: a posição de autoridade não é apenas um jeito de facilitar a sedução, ela é uma parte integrante da fantasia pedofílica. Explico. Uma psicologia clínica (que não seja grosseira) constata que a pedofilia não consiste apenas em gostar de crianças e adolescentes. O traço decisivo da fantasia pedofílica é a vontade de aproveitar-se da inocência ou da ignorância da vítima. O homem maduro que escolhe uma prostituta de 13 anos ou o jovem apaixonado que foge com uma menina de 14 (também apaixonada) talvez sejam pedófilos no sentido corriqueiro, mas não do ponto de vista clínico". Para o psicanalista "a idéia que excita o pedófilo é desta ordem: "Ele ou ela não sabem, não entendem o que lhes estou fazendo". A fantasia pedofílica não é tanto uma vontade de carne firme quanto o devaneio de um poder que conta com a infância ou a infantilidade de suas vítimas".

A transparência, não o silêncio

Marie-Jo Thiel, médica e teóloga, é professora de ética e teologia moral na Universidade de Estrasburgo e conhecida por seus estudos de bioética e sobre a pedofilia. Tanto que foi convidada pelos bispos franceses a assessorá-los sobre o assunto na assembléia geral do episcopado realizada em Lourdes, em 2000. A revista italiana *Il Regno*, nº. 12/2002, p. 405- 407, entrevistou a teóloga moralista francesa e publicou a entrevista com o título acima. A íntegra da entrevista, em italiano, pode ser solicitada na secretaria do IHU, para ser fotocopiada.
Traduzimos e transcrevemos alguns excertos.
Il Regno: Profa., como a senhora acha que deve ser analisado o problema da pedofilia?

Marie-Jo Thiel: Por muito tempo, não se afrontou o problema tendo presente tanto o plano médico quanto o psicológico. A dificuldade, à medida que se trata de uma estrutura perversa da psique – não todos os pedófilos são perversos -, está no fato de que, efetivamente, estas pessoas são, em parte, incapazes de compreender que são capazes de fazer o mal. Na presença de uma estrutura perversa, as pessoas funcionam no plano psíquico como se houvesse duas personalidades. Como se fossem duas partes da personalidade, uma das quais funciona bem – são pessoas perfeitamente estruturadas, capazes de entender -, enquanto a outra nega o espaço, o tempo e a diferença sexuada. Isso significa que, concretamente, no confronto com a criança, um sujeito pedófilo chega a dizer: "Tu não tens necessidade de crescer. Te quero bem como tu és. Não há necessidade que te tornes adulto como o teu pai, a tua mãe. Estás bem assim e te quero assim". É um discurso que toca a estrutura da personalidade. Para o sujeito pedófilo, o que faz a lei não é mais a realidade, mas o próprio desejo: "Eu sei, mas...". Chega-se, assim, a ter uma personalidade que, por um lado, reage de modo normal, e por outro, funciona de modo perverso, porque não percebe mais de modo justo o mundo real. Tanto que chega a dizer que não faz o mal. Pode não sentir nenhum sentimento de culpa. Chega a não acreditar em todos os que o repreendem por um comportamento perverso".

Il Regno: Frente a problemas desta natureza, não está em questão a própria vida do padre, o seu celibato, a sua atividade pastoral, a solidão, o relacionamento com as pessoas?

Marie-Jo Thiel: O celibato não é causa da pedofilia. Veja, por exemplo, o caso do incesto. O celibato, na verdade, não favorece esta estrutura psíquica perversa, que não é dada pelo seminário, mas é arcaica, e remonta à infância do sujeito. Ao mesmo tempo, porém, acredito que uma certa precariedade possa favorecer a passagem ao ato em pedófilos de tipo neurótico. O discurso sobre o equilíbrio homem-mulher deve, sem dúvida, ser levado em consideração. A Igreja teria, neste ponto, muito a ganhar".

IHU Idéias

IHU IDÉIAS ALERTOU SOBRE A CRISE DA ÁGUA

Quinta-feira, dia 29, foi dia de falar sobre a água no *IHU Idéias.* O professor Dr. Leonardo Maltchick Garcia abordou o tema *A Crise da Água*. O expositor enfatizou o problema da escassez da água e as melhores formas de utilizá-la. Baseado em dados estatísticos, o palestrante causou impacto com as informações, gerando um debate polêmico no término da explanação. Ele também considerou a possibilidade de a água (ou a sua falta) ser protagonista da guerra do século XXI.

Ecos do evento

"É importante um evento como este para divulgar a questão da água. Mais do que discutir no campo técnico e específico, é preciso discutir a gestão compartilhada por diferentes áreas de conhecimento. Cabe aí um voto de louvor ao IHU pela iniciativa".

Rafael José Altenhofen/ mestrando de Biologia da Unisinos

"O IHU Idéias ajuda a preencher um vazio na Universidade, que é a falta da ligação entre as diversas ciências. É um bom começo".
Guinter Schwabenland Filho/ estudante de Biologia da Unisinos

"Não tenho muito conhecimento técnico sobre a questão da água. Ouço as pessoas falarem que um dia ela pode terminar. Por isso, procuro novas informações sobre o assunto, considerando que a água faz parte de nossa vida. É um assunto sério".
Susana Souza Assumpção/ estudante de Ciências Sociais da Unisinos

PROGRAMAÇÃO IHU IDÉIAS - SETEMBRO

Confira a seguir a programação do *IHU Idéias* deste mês, sempre às quintas-feiras das 17h30min às 19h, na sala 1C103.

05/09/02 - Apresentação do tema: *ALCA: impactos positivos e negativos sobre o RS*, com o Prof. Dr. Renato Saul. Renato é professor do PPGSCA da Unisinos. Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autônoma do México, UNAM, México, com tese intitulada: *Propiedad, trabajo y liberalismo en una sociedad esclavista moderna* (Brasil Siglo XIX). Especialista em Planejamento Urbano e Regional pela UFRGS e graduado em Ciências Sociais também pela UFRGS. Renato Saul é autor do livro *A modernidade aldeã*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do RGS, 1990. 180 p.

19/09/02 - Apresentação do livro: *A função social da propriedade, o papel do Judiciário diante das invasões coletivas*, por Ivan Ramon Chemeris. Ivan é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da UFRGS; Juiz de Direito aposentado, pelo TJRGS; professor universitário (lecionou na Univale e Unisc), advogado, membro do Instituto dos Advogados do RS e da Comissão Especial de Acompanhamento da Constituição e Assuntos Institucionais da OAB/RS.

26/09/02 - Apresentação do livro: *Biografia de uma árvore* - Editora Escrituras, com Fabrício Carpinejar, que é poeta, jornalista e mestre em Literatura Brasileira pela UFRGS. Atualmente trabalha na Assessoria de Imprensa da Unisinos.

Repórter IHU

O entrevistado relâmpago desta edição é...

Derli Schmidt

Derli Schmidt trabalha no setor 2 Trabalho, Solidariedade e Sustentabilidade, do IHU e é formado em Agronomia (UFRGS), mestre em Engenharia da Produção Industrial (UFSM). Casado com Carmen, o casal tem dois filhos: Carolina (20) e Lucas (11). Derli foi dirigente da Sociedade dos Engenheiros Agrônomos do RS e membro da Organização das Cooperativas do RS (OCERGS), coordenando o setor de Recursos Humanos.

Inícios- Nasci em Taquara. Meu pai faleceu quando eu tinha 6 meses, e minha mãe, quando eu tinha 12 anos, em acidente automobilístico. Eu e meu irmão viemos morar com uma tia, em São Leopoldo.

O campo- Sempre senti muita atração pelo campo. Fiz vestibular na UFRGS para Agronomia e me formei em 1978. Depois disso, trabalhei vários anos como extensionista rural em Lajeado e São Sebastião do Caí. Desde a Faculdade, sentia um viés para o mundo social do campo, e não para o mundo tecnológico. Estive ligado à organização dos trabalhadores rurais, assessorando cooperativas.

Cooperativismo- Cursei o Cescoop onde conheci o Pe. Roque Lauschner. Foi uma etapa muito interessante. Depois, fiz, durante dois anos, um curso em Gerência Cooperativa, a nível de Mestrado, em Madri e Mondragón, na Espanha. Quando voltei, fui convidado pelo Roque Lauschner para trabalhar aqui na Unisinos. Depois da Espanha, me interessei muito pelo estudo do Movimento Cooperativo urbano e, no ano passado, concluí o Mestrado em Engenharia de Produção Industrial, pela UFSM, com a dissertação *Cooperativa de Produção Industrial: uma nova relação capital e trabalho.*

Autores- Eduardo Galeano e José María Arizmendiarreta

Livros- *As veias abertas de América Latina,* do Galeano e *Interioridades da Utopia,* de Arizmendiarreta.

Filme- *Pescador de ilusões, de Terry Gilliam* e *A sociedade dos poetas mortos, de Peter Weir.*

Nas horas livres- Ler descompromissadamente, navegar na Internet em sites ligados ao meu trabalho ou a jornais da América Latina, Espanha, etc. Mas, o que mais adoro é estar com a família, fazer um churrasco junto com meus filhos.

Um presente- Roupa. Normalmente não compro. Não fui acostumado. Então, quando ganho, renovo o vestuário. Também um bom CD, um bom vinho tinto... Não sou muito exigente.

Momentos felizes- O nascimento dos meus filhos. É algo incrível.

Unisinos- Uma oportunidade de crescimento interessante. Um local de efervescência cultural, educacional. E com uma questão de fundo jesuítica que, para mim, é muito importante. Nós costumamos dizer que a primeira cooperativa não é a de Rochdale. Esse movimento tem raízes profundas nas missões jesuíticas.

IHU- Vejo duas coisas: uma perda e um ganho. Por um lado, significou o desaparecimento de nosso Cedope, tão caro a todos nós. Por outro lado, o IHU está em construção e é um desafio. Ele é um local de discussão da contracultura. Isso é um ganho, porque o IHU é bem mais abrangente do que o Cedope. Pessoalmente, ainda tenho a esperança de que ele aponte para um espaço autogestionário na Universidade.

Um grande sonho- Na realidade, estou levando adiante um sonho de muitos militantes dos movimentos estudantis, que é a criação da Universidade Estadual do RS (UERGS), da qual me nomearam Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação. Está sendo um grande desafio implantá-la. Hoje ela está presente em 21 cidades do Rio Grande do Sul, contando neste momento com 1790 alunos, dos quais, 50% oriundos das classes populares, conforme a lei. A pesquisa da UERGS busca gerar desenvolvimento humano e inovação social. A Universidade nasceu da comunidade e pesquisa com e para ela.

INTERATIVO

Aniversariantes

3/9 – Alcido Anildo Arnhold projeto de Ação Social na zona Sul de São Leopoldo	Alcido@poa	Ramal 1174
5/9 – Carlos Alberto Jahn professor do Curso de Jornalismo	Carlosjahn@hotmail.com	Ramal 1315

Sala de leitura

O que você está lendo? A seção Sala de Leitura abre seu espaço para que diversos membros da comunidade acadêmica dêem suas atuais dicas de leitura. Confira:

"Estou lendo o livro *Le Temps du Droit,* de François Ost, publicado pelas Editions Odile Jacob, de Paris, em 1999. O livro trata das relações entre o tempo e o direito, pois, como sabemos, o direito é um mecanismo de controle do tempo, dos processos de controle dos comportamentos e formas de organização no futuro. Kronos é uma das características da complexidade do direito".

Leonel Severo Rocha - doutor em Direito e Pós-Doutor pela Universita degli Studi di Lecce, Lecce, Itália. Coordenador executivo do PPG em Direito

"Atualmente faço a leitura da obra *A Arte da Felicidade*, cujos autores são Dalai Lama e Howard Cutler. Ela foi publicada pela Editora Martins Fontes, este ano, e tem 361 páginas. O livro fala da eterna e incessante busca que vivemos tentando para encontrar a verdadeira felicidade. Fala sobre a relação interpessoal, medos, frustrações, autoconfiança, amor próprio e muitos outros valores importantes para o ser humano".

Vânia Cristina de Oliveira - estudante de Recursos Humanos e auxiliar administrativa do setor de Serviço de Alimentação

"Uma leitura que une o útil ao agradável é o livro *O Mundo de Sofia*, de Jostein Gaarder, editado pela Companhia de Letras em 2001, 555 páginas. Trata-se da História da Filosofia, exposta em forma de romance. A obra, embora escrita para responder perguntas formuladas por uma menina, desperta a curiosidade em todas as idades".

Pe. Lodomilo Augusto Mallmann - Doutor em Filosofia e diretor da Biblioteca

---

EXPEDIENTE:
IHU On-Line é um boletim eletrônico do Instituto Humanitas Unisinos.
Coordenador: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Coordenadora adjunta: Profª Ms. Vera Regina Schmitz
Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montaño e Graziela Wolfart
Revisão: Mardilê Friedrich Fabre.
Fone: 5903333 ramal 1173 ou 1195
E-mail: Ihuinfo@poa.unisinos.br

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS